

## O dualismo no ensino médio: uma análise a partir do documentário “*pro dia nascer feliz*”

REIS, Eliana de Jesus Souza<sup>1</sup>

SANTOS, Flávia Pantaleão dos Santos<sup>2</sup>

PAIVA, Jair Miranda de<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo geral investigar o dualismo no ensino médio e como objetivos específicos definir essa etapa de ensino na educação básica, caracterizar a dualidade histórica do Ensino Médio, bem como relacionar a dualidade do Ensino Médio com o filme *Pro dia nascer feliz*. Situamos historicamente o ensino médio e fazemos breve referência à sua reforma atual e de como a qualidade do ensino que é oferecido pelas escolas afeta e contribui para a divisão de classes e como a divisão social do trabalho influenciou na existência da dualidade na educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Constatamos que as políticas educacionais para essa modalidade de ensino contribuem para que essa dualidade educacional seja ampliada e utilizada como um instrumento pelas elites de nosso país.

**Palavras-chave:** Ensino Médio; dualidade educacional; políticas educacionais e educação.

### 1 Introdução

A temática abordada ao longo deste trabalho é a dualidade no ensino médio, analisada a partir de autores como Nascimento (2007), Libâneo (2012), entre outros, relacionando com trechos do documentário *Pro Dia Nascer Feliz*. O ensino médio, com três anos de duração, é a última etapa de ensino da educação básica brasileira. Segundo a BNCC (BRASIL, 2018), seu objetivo deve ser de instruir os estudantes tanto para o mercado de trabalho quanto para o ingresso no ensino superior para se obter uma formação mais completa. Porém, desde os primórdios de nossa educação, há uma dualidade nesse nível de ensino, pela qual as pessoas com menos recursos financeiros recebem uma educação com o objetivo de acolhimento e assistencialismo e as pessoas de famílias nobres um ensino com objetivo de manter-se no controle dos negócios da família, empresas, administração do país.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Ceunes, São Mateus, ES. Email: eliana.souza@edu.ufes.br

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email: flavia.p.santos@edu.ufes.br

<sup>3</sup> Doutor em Educação, Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, Ceunes, São Mateus, ES. Email: jair.paiva@ufes.br

Mais especificamente no ensino médio, houve reformas educacionais que tentaram combater essa dualidade, mas não foram suficientes, talvez porque todas as reformas educacionais foram pensadas para atender os desejos e expectativas da classe dominante, no caso a classe média.

Para Libâneo (2012), a escola pública brasileira abdica de seu papel de acesso às práticas e aprendizagens, preocupando-se mais com objetivos assistenciais, deixando de lado a formação de um pensamento crítico de seus cidadãos e de acesso à cultura humana mais ampla.

Nesse sentido, problematizamos o dualismo no ensino médio em duas seções: na primeira, através de uma breve consideração histórica, destacamos a trajetória dessa etapa da educação básica no Brasil para, a seguir, ensaiar uma relação entre o dualismo educacional e cenas do documentário Pro dia nascer feliz, finalizando com as considerações finais.

## **2 Breve consideração acerca do ensino médio no Brasil e sua dualidade**

O legado deixado pelas principais cidades-estados da Grécia antiga serviu como modelo de educação para diversas sociedades ao longo dos séculos. No Brasil, o ensino veio junto com a Companhia de Jesus, em 1549, com a missão catequizar os nativos, porém, para que o objetivo de converter os índios à fé católica fosse atingido, os Jesuítas adotaram métodos pedagógicos para ensinar os nativos a ler e a escrever, pois nesse período a missão de educar era tarefa da Igreja e não do Estado, ou seja, uma educação focada exclusivamente na catequização.

Os índios eram ensinados a obedecer e aceitar os dogmas e leis impostas pelos religiosos, sob pena de serem castigados por estarem em pecado. A conversão possibilitou o domínio do colonizador sobre os nativos, atendendo os interesses políticos e econômicos de Portugal (MELO, 2012, p.12).

Os saberes dos povos que moravam nessas terras antes do seu descobrimento foram ignorados pelos colonizadores, pois, para a mentalidade colonizadora, os nativos eram subalternos e a educação tinham na dimensão religiosa o foco principal.

O século XVIII, conhecido como o Século das Luzes, Iluminismo ou Ilustração, reorganiza o mundo sob o poder da razão. Influenciado por essas ideias, o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, nomeado pelo rei português Dom José I, idealiza e coloca em prática em 1772 a reforma pombalina e expulsa os jesuítas das colônias com a justificativa de modernizar e melhorar a administração do

império, afetando de forma direta toda a estrutura educacional, causando retrocesso no empreendimento educacional dos jesuítas na colônia:

O marquês retirou dos jesuítas a responsabilidade sobre a educação escolar de Portugal e das colônias. Instituiu as denominadas aulas régias de Latim, Grego e Retórica, as quais eram ministradas por professores específicos, de forma autônoma e isolada. Além disso, criou o subsídio literário, resultante de imposto sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente, para a manutenção dos ensinos primário e secundário. Contudo, esta taxa, além de irrisória, não era cobrada regularmente e os professores acabavam recebendo seus vencimentos com muito atraso (MELO, 2012 p. 18).

Como consequência dessa ação, no período colonial pouco ou quase nada foi feito para ofertar educação destinada a jovens e adultos, restringindo-se à educação catequética.

No início do século XIX, praticamente não existia educação formal no Brasil. Nos primeiros momentos da história do Brasil a educação era privilégio de poucos, e utilizada prioritariamente pelos grupos dominantes da época, conforme Melo (2012, p. 37):

A educação manteve o caráter humanista, conservador. Esta situação favoreceu a relação de dominação porque nos tornamos reprodutores de conhecimentos, dissociados da nossa realidade. Não se investiu em ciência e nem em tecnologia. Não havia sistema escolar e as aulas eram ministradas de acordo com a organização de cada instituição de ensino. Havia poucos professores habilitados e, muitas vezes, a instrução era dada pelos alunos que tinham conhecimento mais aprofundado sobre a matéria. As condições de ensino eram precárias: existiam poucas escolas; faltava material didático-pedagógico; os professores eram mal remunerados e as instalações físicas inadequadas.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas, a Igreja manteve influência no ensino durante os anos da República Velha. Várias reformas tentam organizar a educação formal, como as de Benjamin Constant (1890), Epiácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915) e João Luís Alves (1925), sem, contudo, conseguir êxito do ponto de vista de uma escola pública, gratuita, universal.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, a educação passa por diversas transformações, dentre as quais a criação do Ministério da Educação e as Leis Orgânicas do Ensino Secundário, vigente até 1971, já na ditadura (MELO, 2012):

[...] a reforma Francisco Campos, que oficializava a dualidade do ensino – secundário e profissionalizante - para a classe dirigente e a proletária, respectivamente. A justificativa residia na necessidade de preparação de mão-de-obra qualificada para o trabalho nas indústrias.

A educação precisava ser diferenciada para a formação de patrões e empregados (MELO, 2012 p. 50).

No ano de 1942, ainda durante a era Vargas, o então ministro da educação Gustavo Capanema promoveu a grande reforma do ensino secundário, que instituiu um primeiro ciclo de quatro anos de duração chamado de ginasial e um segundo ciclo que tinha a duração de três anos denominados, clássico ou o científico. Nas palavras de Nascimento (2007):

Trata-se de uma reforma elitista e conservadora que consolidou o dualismo educacional, ao oficializar que o ensino secundário público era destinado às elites condutoras, e o ensino profissionalizante para as classes populares, conforme as justificativas do Ministro Capanema (NASCIMENTO, 2007 p. 81).

Os cursos colegiais, clássico ou científico, davam acesso ao ensino superior, já os cursos profissionalizantes, eram terminais, reafirmando o dualismo educacional para as classes dirigentes e classes trabalhadoras.

Pela Lei Orgânica do ensino industrial de 1942 e a criação do Sesi (Serviço Social da Indústria) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) transferiu-se ao setor privado a formação de mão-de-obra para o país que se industrializava e se urbanizava.

Com a redemocratização em 1946, o projeto de uma Lei de Diretrizes e Bases se consolida, porém, apenas em 1961 a Lei 4024 é promulgada, marcada pela tensão entre conservadores privatistas (representados pela Igreja Católica) e progressistas, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros, na defesa da escola pública, laica, gratuita, universal.

Com a Lei 4024/61, o ensino médio é organizado em dois ciclos: ginasial de quatro anos e colegial de três, abrangendo o ensino secundário e profissional:

Pela primeira vez o ensino profissional foi integrado ao sistema regular de ensino, estabelecendo plena equivalência entre os cursos, apesar de não superar a dualidade estrutural, uma vez que continuaram a existir dois ramos distintos de ensino para distintas clientela, mantendo as diferenças existentes desde os primórdios da educação brasileira (NASCIMENTO, 2007 p. 82).

Vale ressaltar o surgimento de propostas de alfabetização que tinham o objetivo de romper a dualidade educacional, como a de Paulo Freire que, junto com outros educadores, lutou por uma educação comprometida com a população oprimida. Tais propostas, cujo lema era “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”,

infelizmente foram abortadas pelo golpe militar de 1964, afetando diretamente o público alvo da proposta.

Assim, Nascimento (2007) enfatiza que as reformas educacionais, inclusive as ocorridas no período ditatorial, foram realizadas para atender às expectativas da classe dominante e parte da classe média, sua base de apoio.

Discutindo o tema, Libâneo (2012) afirma que a forma como a escola pública brasileira está organizada deixa nítido que ela faz um papel de acolhimento social para os pobres, e para os ricos é uma escola do conhecimento, reafirmando assim o dualismo escolar.

O ensino médio durante toda a sua história não foi capaz de superar a sua dualidade, ofertando um tipo de educação para grupos diferentes com propósitos diferentes, o que produz e mantém a desigualdade, fazendo com que a escola não seja um equalizador social, contribuindo de maneira direta a divisão de classes.

A escola do conhecimento para os ricos, contudo, restringe-se a conteúdos livrescos, exames e provas; a escola do acolhimento social não se preocupa em formar um pensamento crítico, mas sim formar cidadãos aptos para o mercado, garantindo a aquisição de competências mínimas necessárias para a sobrevivência e o trabalho manual:

[...]o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÂNEO, 2012, p.16).

A escola para os pobres é mais um lugar de encontro e compartilhamento entre as pessoas do que um espaço propício ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos (LIBÂNEO, 2012, p. 17).

Sabendo que equidade é reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes, deve-se, portanto, orientar o planejamento e a ação curricular e didática pedagógica para a inclusão de todos e a superação das desigualdades, concretizando oportunidades de acesso e de permanência na escola e assegurando o aprender como direito.

O dualismo da educação pública brasileira é perverso, pois privilegia a construção de conhecimento por uma classe, impedindo uma verdadeira democracia, pois a escola pública, sob o pretexto de respeito e às diferenças sociais e culturais (que deve haver), afrouxa conteúdos, avaliações e investimentos (estrutura física, salários de docentes, métodos e acesso a laboratórios). Nas palavras do teórico da educação:

Constata-se, assim, que, com apoio em premissas pedagógicas humanistas por trás das quais estão critérios econômicos, formulou-se uma escola de respeito às diferenças sociais e culturais, às diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem, de flexibilização das práticas de avaliação escolar – tudo em nome da educação inclusiva. Não é que tais aspectos não devessem ser considerados; o problema está na distorção dos objetivos da escola, ou seja, a função de socialização passa a ter apenas o sentido de convivência, de compartilhamento cultural, de práticas de valores sociais, em detrimento do acesso à cultura e à ciência acumuladas pela humanidade. Não por acaso, o termo igualdade (direitos iguais para todos) é substituído por equidade (direitos subordinados à diferença) (LIBÂNEO, 2012, p.23).

A nova configuração da escola passa a ser de assistencialismo e acolhimento, passando uma suposta e falsa impressão de inclusão social. Dessa forma, o direito ao conhecimento de qualidade passa a ser substituído pelas aprendizagens mínimas para a sobrevivência. Em síntese:

Assim, a escola que sobrou para os pobres, caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora (incluídas na expressão educação inclusiva), transforma-se em uma caricatura de inclusão social. As políticas de universalização do acesso acabam em prejuízo da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intraescolares na aprendizagem. Ocorre uma inversão das funções da escola: o direito ao conhecimento e à aprendizagem é substituído pelas aprendizagens mínimas para a sobrevivência (LIBÂNEO, 2012, p.23).

Atualmente, o ensino médio de três anos é o último nível de ensino da educação básica no Brasil, a sua oferta é gratuita. De acordo com a BNCC, o objetivo do ensino médio é preparar os estudantes tanto para o mercado de trabalho como para ingressar no Ensino Superior.

Cabe às escolas de Ensino Médio contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis. [...]. Para cumprir essas finalidades, a escola que acolhe as juventudes têm

de garantir o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, promovendo a educação integral dos estudantes no que concerne aos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (BRASIL, 2018, p. 463 e 464).

Ainda de acordo com a BNCC, o ensino médio deve garantir a continuação dos estudos para os alunos que desejam ingressar no ensino superior promovendo a educação integral, e para aqueles alunos que desejam ingressar no mundo do trabalho a escola visa promover o desenvolvimento de competências que possibilitem uma inserção ativa, crítica, criativa e responsável no mundo do trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõe que a educação profissional se integre aos diferentes níveis e modalidades de ensino e às dimensões do trabalho, desse modo, o ensino médio tem a opção de ser ofertado juntamente com o curso técnico, sob três formas: integrado, concomitante e subsequente. Na modalidade integrada o aluno faz o curso técnico e o ensino médio ao mesmo tempo; na modalidade concomitante a formação do aluno acontece de forma separada, ou seja, os estudantes cursam as disciplinas do ensino médio em uma instituição e fazem o curso técnico em outra e, por último, na modalidade subsequente o curso técnico se dá após o término do ensino médio.

Com as mudanças introduzidas pela Lei nº 13.415/2017 na LDB, sobretudo quanto ao currículo, pelas quais conteúdos, formatos das aulas, carga horária e introdução de uma base nacional comum curricular, articulada em áreas do conhecimento, integrando dois ou mais componentes do currículo (BRASIL, 2018, p. 469).

Feita essa pequena consideração acerca do ensino médio, abordaremos no tópico a seguir, a dualidade histórica da educação presente no ensino médio.

### **3 *Pro dia nascer feliz* em escolas igualitárias**

O documentário *Pro dia nascer feliz* foi lançado no ano de 2006 sob a direção, roteiro e edição do cineasta João Henrique Vieira Jardim, nascido no Rio de Janeiro em 1964, jornalista pela Faculdade da Cidade com curso de cinema na New York University.

O documentário foca sua câmera em escolas de ensino médio nas cidades de Manari-PE, então a escola com o menor IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do país, Duque de Caxias, RJ, em Itaquaquetuba, SP e, por fim, numa escola de elite localizada no bairro de Alto Pinheiros, cidade de São Paulo.

Dentre as questões que aparecem no documentário, destacamos: a evasão escolar, deficiências da estrutura escolar, gravidez na adolescência, violência na escola; nosso foco, porém, serão algumas cenas que nos apontam o aspecto da dualidade educacional do ensino médio.

Na sua cena de abertura, com imagens preto e branco, a voz de um narrador traz dados preocupantes, com ênfase na voz: dos 14 milhões de brasileiros em idade escolar, apenas a metade chega a frequentar as aulas e aprender a ler. Na cena seguinte, mostra que apesar de ter se passado 44 anos, os dados são desmotivadores e, infelizmente, ainda existe muita evasão escolar, principalmente no ensino médio.

Como um dos seus objetivos é apresentar a educação ofertada pelas escolas de diferentes estados brasileiros, o filme em nossa visão traz à tona diversas cenas do ensino. O diretor vai mostrando os contrastes das escolas visitadas e a perspectiva de futuro que personagens como alunos, professoras e diretoras têm da escola, o que acaba revelando que o país está longe de ter alcançado um padrão aceitável de ensino básico público e igualitário.

O documentário relata que na cidade de Manari, em Pernambuco, existem mais de 300 alunos que precisam estudar, porém, a cidade não possui (possuía) escola de ensino médio, forçando que os estudantes estudem numa cidade vizinha, Inajá. Ocorre que transporte disponibilizado pela Prefeitura é precário (ônibus velhos, sem conservação); durante as duas semanas, a estudante Valeria só foi à escola três vezes.

Essa discrepância entre a educação pública e a educação particular, mostra que os alunos da escola pública enfrentam escolas precárias; professores desmotivados pelas circunstâncias de não valorização profissional e falta de formação continuada; dificuldade de transporte; violência e criminalidade; conteúdo livresco, o que resulta no desinteresse dos estudantes, os quais na grande maioria das vezes são desacreditados e desmotivados pelos próprios professores.

Já nas escolas privadas, a infraestrutura, os móveis, a sala de aula por si só já demonstra que os alunos daquela instituição desfrutam de privilégios inexistentes dos demais mostrados até ali. Pautas como evasão escolar, gravidez na adolescência, drogas, comumente mencionados durante o documentário, não é debatido pela direção ou pelos professores do Colégio Santa Cruz, escola paulistana, pois não é algo daquela realidade onde eles estão inseridos. Vale ressaltar que o colégio é frequentado pela elite, predominantemente branca, mostrando um aspecto



preocupante que é a ausência de negros naquela instituição, reafirmando o dualismo com as outras escolas, nas quais aquelas situações são rotina.

Para os alunos do Colégio Santa Cruz, notas baixas é algo impensável, as suas dificuldades são resolvidas com uma boa conversa com os professores; para não haver risco de provas finais ou reprovação recorrem à aulas particulares, e a aprovação no conselho de classe é um ótimo motivo para se comemorar.

Os dramas vividos pelos jovens também diferem, mas merecem atenção, afinal esses alunos sofrem uma enorme pressão por parte das famílias para obterem excelentes notas, serem aprovados em uma universidade de renome e conseguirem uma formação superior, pois 'são destinados' a ser médicos, advogados ou engenheiros, criados para administrar os negócios familiares, a educação dada para eles é um investimento, ainda que numa cena uma estudante, cujo rosto não aparece, mostra que, apesar do dinheiro da família, ela não tem afeto, carinho, abraço de seus pais... Ao passo que na escola de Manari uma cena tocante mostra uma família reunida, simples, de pé, com o pai destacando o amor das crianças pelo estudo e pela escola e seu valor conferido à educação – duas cenas opostas em muitos aspectos...

#### **4 Considerações finais**

Como mencionado anteriormente, de acordo como sociedade se organiza, o histórico do ensino médio gerou a dualidade estrutural e as reformas educacionais não lograram êxito em conter essa desigualdade educacional. No entanto, as lutas por uma escola igualitária continuam e não podem cessar:

A existência de um dualismo na educação brasileira e da mais recente tentativa de aprofundar as desigualdades escolares através do (Novo) Ensino Médio, entretanto, não devem incidir para uma conclusão meramente fatalista e pouco dialética da educação exclusivamente como reprodutora do Capital. É preciso considerar o movimento contraditório da história, baseado nas lutas de classes e na disputa pela hegemonia, lutas estas que ocorrem dentro das escolas cotidianamente (PEREIRA; MELLO; SANTOS, 2019, p. 282).

Para romper com a dualidade existente no ensino médio, consideramos essencial a adoção de políticas públicas que assegurem educação e uma escola de fato com igualdade para todos.

Com a dimensão territorial que possui o nosso país as estratégias de mudança não serão as mesmas para todos, afinal são inúmeros os desafios enfrentados pelas escolas do ensino médio, cada escola com os seus problemas pontuais e seria

impossível apresentar soluções iguais para contextos tão complexos.

As escolas apresentadas no documentário, apesar de oferecer os mesmos níveis educacionais, apresentam particularidades, têm problemas específicos, sendo assim, a solução que for proposta para uma escola não será a solução para as demais. Uma reestruturação na educação brasileira se faz necessária, pensando no objetivo final de construir uma sociedade igualitária, rompendo os privilégios para apenas uma classe social.

A escola deve assumir o papel de produzir conhecimentos para a emancipação dos seus alunos e isso só será possível se todos tiverem acesso a uma educação democrática, de qualidade e igualitária.

## 6 REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em : [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 3 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Novo Ensino Médio** - perguntas e respostas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LIBÂNEO, J.C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2022.

NASCIMENTO, M.N.M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007

PEREIRA, B.P; LOPES, R.E. Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623655950>

**Pro Dia Nascer Feliz**. Direção: João Jardim. Produção: Flávio R. Brasil, Copacabana Filmes, 2006.

PEREIRA, R. S.; MELLO, M. B.; SANTOS, C. C. F. Dualidade estrutural e o Ensino Médio no Brasil. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, 7, 267-285, 2019.